Universidade de Brasília

Departamento de Geografia - IH

Igor Aveline, Johannes Bodens e Ligier Braga

A formação do “urbano” na Fercal a partir de agentes sociais: um estudo de caso em regiões esquecidas do Distrito Federal.

Índice

1.0 Introdução _____ 1

1.1 Metodologia _____ 2

2.0 Bases Teóricas _____ 2

2.1 A Indústria como agente produtor do espaço_____ 4

2.2 O Estado como agente produtor do espaço urbano_____ 5

2.3 Os Grupos Excluídos como agente produtor do espaço urbano_____ 6

3.0 Desenvolvimento – O processo de formação da Grande Fercal_____7

3.1 A Tocantins S/A como agente formador do espaço urbano na Fercal__ 8

3.2 O estado como agente formador do espaço urbano na Fercal_____ 12

3.3 Os grupos excluídos como agente formador do urbano na Fercal____ 13

4.0 Conclusão _____ 14

Bibliografia _____15

Introdução

O espaço urbano é um produto social, resultado da interação entre os diferentes agentes atuantes em seu processo de formação. A relação entre os atores responsáveis pela formação do urbano reflete em uma série de ações que transformam os lugares, à medida que produzem e consomem diferentes espaços. A reprodução das relações de produção e os conflitos de classe que dela emergem são resultantes da materialização da lógica capitalista no espaço geográfico, constituída pelos agentes sociais. Os donos dos meios de produção, os grupos excluídos, o Estado, os agentes imobiliários e os proprietários fundiários são agentes concretos que produzem o espaço urbano. O presente trabalho busca analisar o processo de formação da "Grande Fercal", localizada na Região Administrativa de Sobradinho II, no Distrito Federal, em meio à capital do país. Buscou-se descrever a ação dos agentes sociais de maior presença e seus respectivos papéis na configuração espacial da cidade, destacando a presença do capital industrial, ligado à produção do cimento. A região que se desenvolveu nas adjacências das fábricas de cimento, bem como as nucleações habitacionais pertencentes à Fercal há muito são tidas como objeto de curiosidade. A localização das fábricas na borda da APA de Cafuringa (Área de proteção ambiental) torna a presença do capital Industrial e do desenvolvimento das áreas urbanas, um fator adicional à vulnerabilidade da região. O planejamento executado para o Distrito Federal não inclui o desenvolvimento de atividades industriais, o que mostra que a realidade geográfica da localidade foge aos padrões de ordenamento territorial do DF. Tendo em vista os numerosos estudos a cerca da produção do espaço urbano, suas formas e processos espaciais, podemos apontar a Grande Fercal como ambiente em que há grande visibilidade dos processos urbanos em que a pesquisa se fundamenta. A ação dos donos dos meios de produção, materializadas no consumo de espaço pelas fábricas é nítida em todo o trajeto da cidade, bem como, é de fácil visualização a zona de disputa territorial entre as empresas e a população. Diante desse contexto, o entendimento da ação do capital industrial dentro do conflito de interesses dos demais agentes sociais, se torna significativo para os planos de planejamento urbano. No intuito de minimizar os impactos sócio-ambientais do capital industrial sobre a população, o presente estudo busca servir de contribuição para se "driblar" as imposições do capital industrial no processo de apropriação do espaço.

1.1 Metodologia

A construção do urbano pode ser abordada sob diferentes perspectivas, no entanto, cada uma delas acompanha diferentes objetivos de análise. Na tentativa de tornar nítido o "jogo de forças" empregado pelos agentes produtores do espaço urbano, utilizamos a tipologia apresentada por Corrêa em seu livro intitulado "O espaço urbano". Segundo essa perspectiva, os atores que produzem o urbano são os seguintes: os proprietários dos meios de produção, no caso, a Indústria cimenteira; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos. Dado o pequeno levantamento histórico realizado sobre o desenvolvimento da região, alguns agentes serão excluídos do estudo, tendo em vista sua pequena visibilidade na construção da localidade. Tendo em vista a complexidade desses fenômenos estruturadores do "lugar urbano", foram coletadas informações diretamente da administração da Fercal, bem como dos órgãos públicos que ali participam, e também da Indústria Cimenteira. A partir do levantamento de dados históricos sobre a região, identificamos as ações dos atores sociais acumuladas através do tempo, configurando um espaço urbano simultaneamente dinâmico e fragmentado.

2. Bases Teóricas – A construção do espaço urbano

O espaço urbano capitalista, "fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social resultado de ações acumuladas através do tempo" (CORRÊA, Espaço Urbano, 2004, p. 11). Esse, com sua forma própria de produção e reprodução da força de trabalho, de práticas ideológicas e de configuração espacial, constitui-se e se desenvolve através de um jogo de forças, articuladas ou não, formadoras e deformadoras da cidade. É determinante nesse processo o modo de desenvolvimento das forças produtivas e a divisão social do trabalho para suprir as necessidades à acumulação de capital e manutenção da sociedade dividida em classes. Então, podemos dizer que existem diferentes agentes produtores do espaço, entre eles; os proprietários fundiários, os agentes imobiliários, os donos dos meios de produção, o Estado e os grupos excluídos. Iremos nos focar, nos últimos três atores citados.

O Estado, guardião dos interesses capitalistas guiados pela classe dominante, age na gestão dos recursos públicos disponibilizando infra-estrutura e assegurando a propriedade privada. É pelo Estado que as demais forças procuram representação política e poder. Porém, como esse não está fora da lógica do capital, acaba por manter deliberações no sentido da continuidade e reprodução da divisão desigual das riquezas. Assim, concentra investimentos ao sucesso dos projetos dos grandes capitais e à manutenção da burguesia. Um ótimo exemplo de diversas possibilidades de atuação estatal é analisarmos os investimentos da arrecadação tributária antes e depois da revolução cubana. Antes dos anos 60 o Estado só disponibilizava recursos para infra-estrutura às grandes empresas e indústrias, somente melhorava as vias principais para o melhor escoamento da produção. Após a revolução comunista o Estado passou a investir no melhoramento das vias secundárias e demais vias para desenvolver e integrar melhor as comunidades, e se deslocou da razão capitalista de deixar grande parte da população abaixo do nível de pobreza e sem educação para haver disponível mão de obra barata e alienada.

O Estado também atua na organização espacial da cidade. Hoje em dia orientado pelas leis de zoneamento urbano, tentando assim, aplicar uma racionalidade técnica na configuração da cidade. Esta intervenção estatal tenta organizar e operacionalizar a dinâmica da cidade, mas encontra obstáculos complexos pela frente. Tudo isso por conta dos diferentes interesses dos agentes formadores do espaço urbano. De um lado, por exemplo, esta os donos dos meios de produção querendo terrenos baratos para implantação de indústrias, de outro os imobiliários que querem a valorização da terra para maiores lucros, e de outro os grupos sociais excluídos demandando políticas de crédito à habitação, saneamento básico e outros benefícios para melhorarem sua condição de vida.

Assim cada agente tem interesses específicos. Por isso se diz que o espaço urbano é fragmentado, mas, como todos são interdependentes e dialogam no jogo ideológico e político, diz-se que esse espaço é também articulado. Assim, materializado pelos processos históricos da cidade, esta passa a ser também condicionante social, pois a sociedade de então se insere na lógica espacial definida na acumulação do ´´novo´´ com o ´´velho´´ que compõem o atual espaço urbano. Este ainda é cheio de símbolos,

muitas vezes propositais na tentativa de manipular e reproduzir um modo de vida urbano e consumidor. Mas também, este mesmo espaço urbano é expressão de lutas sociais das classes excluídas, acabando por se tornarem grandes agentes formadores e transformadores, a partir do momento que interferem no devir do urbano incrustado na lógica do capital.

2.1 A Indústria (os grandes industriais) como agente produtor do espaço urbano

As atividades dos donos dos meios de produção são materializadas no espaço por meio de suas indústrias. Em razão da magnitude de suas atividades, as indústrias são grandes consumidoras de espaço, tendo importante papel na reorganização do espaço urbano, à medida que desempenham a função de acumular capital para seus empreendedores.

As grandes empresas são as principais reprodutoras das relações de produção, refletindo na organização espacial das localidades que atuam e, instrumentalizando as cidades para a manutenção do modo de produção capitalista. "Nas grandes cidades onde a atividade fabril é expressiva, a ação espacial dos proprietários industriais leva a criação de amplas áreas fabris em setores distintos das áreas residenciais nobres onde mora a elite, porém próximas às áreas proletárias". (CORRÊA, *O espaço Urbano*, 2004, p. 15) Dessa forma, a indústria organiza o espaço para viabilizar todo o processo produtivo, reduzindo custos através da aproximação da massa proletária ao local de trabalho e, também, facilitando o escoamento de seus produtos. A citação de Corrêa demonstra como a atuação desse agente social modela a cidade, interferindo nos distintos usos do solo e colocando o meio urbano como expressão da organização social. A indústria desempenha sua função no espaço urbano através de um marco jurídico, ou seja, ela age mediada pela presença do Estado. Por outro lado, o capital monopolista das grandes industriais orienta a ação estatal ao seu favor, de maneira que torna as intervenções do Estado atos de beneficiamento direto a acumulação de capital; "através da ajuda direta a produção, quer pelo viés do subsídio ao custo da reprodução da força de trabalho, quer facilitando à realização do valor". (CAMARGO, LAMPARELLI E GEORGE, p. 11 e 12.)

A atuação dos grandes industriais é dada a partir da interação com outros agentes, como os proprietários fundiários, que, na maioria das vezes, não atrapalham a ação das indústrias, já que o Estado sempre torna favorável a apropriação da terra pelo agente em questão. Por fim, podemos confirmar que os donos dos meios de produção se encontram em posição privilegiada, já que comandam a vida econômica e política das cidades.

2.2 – O Estado como agente produtor do espaço urbano

Dos agentes produtores do espaço urbano, o Estado é aquele que pode atuar diretamente na função de cada um, intervir em suas demandas, beneficiar ou não seus interesses e mediar os conflitos entre eles. Trata-se aqui, do Estado capitalista, que vai imprimir na organização espacial da cidade todo o reflexo da dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte.

O Estado tem marcante atuação na organização da cidade, principalmente por seu forte poder sobre o espaço, materializado no domínio das terras. Dentre o conjunto de instrumentos dos quais o Estado dispõem para tal, estão, segundo CORRÊA: o direito de desapropriação e precedência na compra de terras; regulamentação do uso do solo; controle e limitação dos preços de terras; impostos fundiários e imobiliários; taxação de terrenos livres; mobilização de reservas fundiárias públicas; investimento público na produção do espaço, através de obras entre outros. Por outro lado, como salienta LAMPARELLI, "o Estado sobretudo em períodos de democracia formal, é sensível às lutas que se travam na sociedade civil e age muitas vezes em função destas lutas, levando assim em alguns casos, os benefícios de suas intervenções às classes dominadas". A intervenção do Estado pode também, ao mesmo tempo, beneficiar interesses divergentes, e é desta forma (dentre outras) que "reside a possibilidade do Estado fazer crer na sua isenção político-ideológica perpetuando assim o mito do "Estado Neutro" (LAMPARELLI; et all, 2007)

O que tem se visto é que o Estado como ator no processo de formação do espaço urbano tem cada vez mais gerado desigualdades, a partir do momento em que facilita a vida dos donos dos meios de produção definindo regras que mantém um determinado padrão de vida para as classes trabalhadoras e, contribuindo com a re-produção da

pobreza. O provimento de serviços públicos de forma fortemente desigual (beneficiamento de áreas urbanas elitizadas) faz com que certos segmentos da população urbana se organizem, reivindiquem e pressionem o Estado em favor dos seus direitos de cidadão. Quando o agravamento destas contradições toma dimensões superiores é que o Estado se vê obrigado a intervir como normalizador e regulador.

2.3 Grupos Excluídos e seu papel no processo de formação do espaço urbano

O capitalismo, no qual há uma classe dominante dona dos meios de produção e que controlam indireta ou diretamente o Estado, é dependente de um grande contingente populacional excluído dos benefícios e bens produzidos por essa lógica de produção, que se baseia na acumulação de capital e na exploração dessa mão de obra carente. O Estado e os donos dos meios de produção, logo, são cúmplices na reprodução desta classe social desfavorecida e na tentativa constante de mante-la alienada dos seus potenciais como agentes formadores do espaço urbano em suas diversas formas, porém não o conseguem totalmente.

As classes sociais excluídas são, na verdade, um grande agente formador do espaço urbano ao lado de outros já citados. Já a classe média não é vista da mesma forma porque segue a lógica do capital e não interfere na reprodução da mesma. Assim, aquelas atuam como ´´agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes´´ (CORRÊA, O espaço Urbano, 2004, p. 30), principalmente ocupando espaços nos centros e nas periferias, resistindo e conquistando, muitas vezes precariamente, melhorias de vida. Assim, através de suas diversas formas de luta, se inserem no jogo de forças e interferem nas ações dos donos dos meios de produção e nas deliberações Estatais.

3.0 Desenvolvimento – O processo de formação da Grande Fercal

O que é hoje a chamada Grande Fercal, era originalmente uma enorme fazenda, que a partir de 1956 com ocupações de caráter rural e atividades ligadas ao calcário agrícola, houve o início da formação dos atuais núcleos populacionais. A “Fertilizantes Calcário” - Fercal - deu origem ao local, que hoje é composto por duas empresas de cimento (Ciplan e Tocantins S/A). A Fercal atualmente pertence à Região

Administrativa de Sobradinho II e possui uma média de 26 mil habitantes, é composta por 14 comunidades das quais seis são rurais, esse pequeno aglomerado se expandiu a partir da "Rua do Mato", primeira rua surgida na região. Entretanto, o seu crescimento populacional foi impulsionado pela chegada da fábrica de cimento na região no ano de 1969 (a Tocantins S/A). A região não tem autonomia administrativa, política e financeira por que ainda não foi transformada em Região Administrativa, sendo ainda submetidos à administração da RA V – Sobradinho II. Na área urbana existe comércio, igrejas, escolas, postos de saúde e posto policial. A região possui também um valor histórico-cultural, como em suas fazendas antigas, e as festas tradicionais.

A Fercal, apesar da presença das indústrias, teve um desenvolvimento muito lento ao longo dos anos. Segundo depoimentos, até 1987, a população usava o córrego Engenho Velho para suprir toda necessidade de água. Até os dias atuais não existe infra-estrutura de esgoto para servir a população. Grande parte dos habitantes tem vínculos trabalhistas com a fábrica, a maioria em serviços terceirizados, o que faz desta, elemento importante na manutenção e reprodução daquele espaço. A necessidade de empreendimentos de grande porte que apresentassem capacidade de fornecer cimento pra a região Centro-Oeste, fez com que a fábrica se instalasse na região. A 35 km do Plano piloto, na região Administrativa de Sobradinho II, no km 18 da rodovia DF-150 a atividade industrial e mineraria são desenvolvidas num limite de 525 hectares

Nesta parte do trabalho, propomos como processo determinante do urbano a dinâmica do desenvolvimento das forças produtivas, articulada com a produção e reprodução da população e com questões políticas dentro de uma formação social. Neste discurso, é tratada com relevo a atuação da unidade produtiva industrial, pois foi ela que influenciou fundamentalmente as transformações que culminaram no urbano da Fercal hoje, mas também, mantemos a mesma linha de pensamento em relação aos outros agentes abordados aqui, ao examinar as razões e a forma de intervenção de cada um na formação urbana da região.

3.1 A Tocantins S/A como agente formador do espaço urbano na Fercal

A chegada da empresa Cimento Tocantins S/A, integrante da Companhia Cimento Portland Itaú e do Grupo Votorantim, data de 1969, sendo que, o início de

operação da fábrica foi em 1972. O interesse da Votorantim no Distrito Federal, na área cimenteira, data do fim da década de 60, quando já haviam atividades ligadas à produção de calcário agrícola na região, marcando o início da constituição da região da Fercal.

A concentração dos meios de produção em um só lugar, dentro da região da Fercal, implicou em um aumento substancial da população nos períodos que sucederam a década de 72, já que a mão de obra também se concentrava no mesmo lugar. Dessa forma, a chegada da fábrica não implicava somente em um aumento da população, mas em uma nova organização do espaço, calcada na reprodução das relações de produção.

O processo de acumulação de capital é espacializado e a divisão social do trabalho se torna nítida; já que os trabalhadores de menor renda (que ocupam a maior parte dos empregos da fábrica) passam a habitar as regiões próximas da Indústria, (como a Fercal,Sobradinho e Planaltina) e os empregados de maior escalão as áreas nobres da cidade de Brasília. As desigualdades da nova organização territorial são visíveis, ao passo que o Estado viabiliza toda infra-estrutura necessária a implantação da Fábrica. Novas linhas de transmissão são construídas para o fornecimento intenso de energia elétrica, as vias de acesso à empresa, as mesmas usadas para o escoamento da produção, são reformadas para melhor circulação dos caminhões que despacham seus produtos. O licenciamento ambiental, necessário para regulamentar a lavra do calcário e da argila é também facilitado pela ação estatal, enquanto a população da Fercal permanecia sem energia elétrica e sem condições básicas de segurança e saneamento.

A ausência de melhorias no espaço urbano da Fercal pode ser entendida como uma pressão exercida pela Indústria para “driblar” a especulação imobiliária, para que assim, não haja uma valorização das terras ocupadas pelos trabalhadores e, por fim, se possa evitar o aumento dos salários de seus empregados. “O aumento dos preços dos imóveis, resultante do aumento do preço da terra, atinge os salários da força de trabalho: gera-se assim uma pressão dos trabalhadores visando salários mais elevados, os quais incidirão sobre as taxas de lucros das grandes empresas, reduzindo-a”. (CORRÊA, O espaço urbano, 2004, p. 14)

Segundo dados da administração da Fercal, a maior parte da mão de obra da Tocantins S/A reside nas comunidades da região. Considerando a atual população de vinte e seis mil habitantes, podemos considerar uma parcela considerável desses dez mil empregos indiretos como ocupados por habitantes do local. Ainda hoje, já com a chegada da energia elétrica, instalada em 1989, não há serviços públicos de saneamento e o fornecimento de água é limitado a algumas comunidades.

A divisão territorial do trabalho, percebida no processo de expansão da Fercal com a chegada da Fábrica de Cimento, se manifesta ao ponto de sujeitar toda uma cidade a serviço da Indústria, caracterizado-a como uma cidade de baixa renda, que ocupa os empregos de salários mais baixos. Para Lefebvre, (1991, p.77) a cidade a serviço da Indústria torna-se dispositivo material próprio para se organizar a produção. A região da Fercal se comporta como dispositivo material a serviço da produção cimenteira. Como parte dos equipamentos urbanos, tem-se grandes galpões e estacionamentos de caminhões usados para o escoamento da produção, oficinas mecânicas e borracharias são comuns em toda a cidade, que acaba por atender a demanda de consertos dos transportadores de cimento.

As implicações da atividade industrial não param por ai, grandes emissões de material particulado, dos fornos de clínquer, causam problemas respiratórios nas comunidades vizinhas. A lavra de cimento também compromete as águas da região, afetando a população indiretamente.

Figura 4. Imagem de satélite da Fercal. Os polígonos marcados mostram as nucleações urbanas da região. As que se encontram na rodovia anterior, mais distante da fábrica, estão nas margens da DF-150, os polígonos de cor vermelha são nucleações urbanas pertencentes às comunidades urbanas da região, providas de bairros residenciais e comércio. Os polígonos marcados de azul são construções destinadas aos estacionamentos e às oficinas dos caminhões transportadores de cimento.

"No processo de mineração, que permanece sob exploração por décadas, são formadas grandes crateras, as quais geram grandes quantidades de rejeito, que consiste de restos de solo com vários metros que se acumulam nas depressões dos terrenos das mineradoras. Estes dejetos formam grandes pilhas soterrando a vegetação nativa das depressões e encostas, assoreando grotas e córregos, gerando assoreamento dos mananciais e carreamento de solo pelas chuvas, comprometendo a bacia hidrográfica local. (Semarth. 2006ª. P. 131)

3.2 O Estado como "agente formador" do urbano na Grande Fercal

A ação estatal na região da Fercal destaca-se pelo descuido com as questões urbanas básicas, o que acaba por afligir a crescente classe trabalhadora. De forma geral os moradores da Fercal têm no Estado seu único meio de provimento de melhorias nas

condições de vida. As indústrias mineradoras que estão ali alocadas há décadas tiram proveito da riqueza mineral, da mão de obra barata, e em contrapartida, o que a população recebe em troca, são os enormes prejuízos que a emissão de material particulado vindo das fábricas, causa a sua saúde.

O Estado só procurou atender as demandas da comunidade quando os problemas urbanos agravaram-se e começaram a afetar a própria dinâmica da acumulação, bem como a estabilidade do sistema como um todo. Na Fercal, o Estado atuou até os dias de hoje, gerando condições necessárias para que a cidade se reproduza enquanto força de trabalho.

Os moradores da comunidade alegam que a ação pública deixa de atuar na cidade porque a aplicação de políticas públicas é fortemente dificultada pela má estruturação de suas formas urbanas, fruto de um crescimento desordenado pelo qual passou a área ao se expandir. Entretanto, vê-se que o Estado, dando essa "desculpa" aos moradores, pode manter os seus interesses, dando novamente crédito aos agentes industriais, a medida em que não possibilita a valorização da terra, nem por conseguinte, o aumento dos salários da classe trabalhadora.

Por fim, "a não ser em casos onde esteja em causa a boa ordem política e social, o Estado não faz um esforço de atendimento às classes de baixa renda" (LAMPARELI, 2007) como no caso, a Fercal.

3.3 Os grupos excluídos como "agente formador" do espaço urbano na Fercal

No final da década de 50 já havia o funcionamento de uma pedreira e a fabricação de calcário agrícola, mas a população ainda era muito pequena. A partir de 69 com a inauguração da Cimento Tocantins S/A começou a aumentar esta população que até hoje continua crescendo(26 mil habitantes) para atender a demanda por mão de obra das Fabricas de cimento nos seus arredores.

Completando 54 anos em 2010, a Grande Fercal possui 14 comunidades, das quais oito são consideradas urbanas. Ela esta, em parte, dentro da APA de Cafuringa, sendo assim uma área de uso "controlado". A comunidade possui hoje nove escolas públicas sendo uma delas com ensino médio e possui 4 postos de saúdes que foram

construídos na década de 80, como já especificado. O bem estar das comunidades se compromete pela grande quantidade de dejetos produzidos pela fabrica que causam assoreamento e comprometimento da bacia hidrográfica local e, assim, prejudica a disponibilidade de água potável. Além desses rejeitos sólidos ainda se tem a emissão de material particulado pelas fábricas que já causaram problemas respiratórios nas comunidades próximas das fábricas, como a de Queima Lençol. O filtro instalado nos fornos de Clínquer parece insuficiente para sanar esses problemas e, além disso, a comunidade alega que a indústria retira os filtros nos finais de semana por que não tem ficalização.

É explicito a situação de abandono que levou a comunidade durante sua história. Enquanto que desde a década de 50 a pedreira já possuía energia elétrica a comunidade só foi dispor da mesma em 1989 e o saneamento básico ainda não foi instalado. Faz pouco as comunidades estão se organizando. A primeira iniciativa deles foi, durante o governo Roriz(2002-2006), interromper a DF-150 para conquistar o direito à energia elétrica. A comunidade de Queima Lençol também fechou a única via (DF-205) de escoamento da produção da indústria Ciplan, com cerca de 500 moradores queimando pneus, para pedir o fim da poluição emitida. A comunidade esta organizada e luta por cinco objetivos: criação da Administração Regional – RA Fercal, regularização fundiária das comunidades, construção de um colégio com ensino médio e capacitação técnica, terrenos para construção de órgãos públicos como uma delegacia e um sistema de tratamento de esgoto. Como vimos todas as conquistas até hoje alcançadas pela Fercal, foram através da ocupação e interrupção da DF-150 que serve de única saída de escoamento da produção de cimento da região. Hoje a Grande Fercal possui também campos de futebol e polícia. A comunidade da Fercal tem em suas mãos uma grande arma de luta, a DF-150, na qual ela consegue atingir os interesses dos outros dois principais agentes formadores do espaço já citados no trabalho (item 3.1 e 3.2).

4.0 CONCLUSÃO

É neste impasse de forças produtoras do espaço, que o urbano da Grande Fercal se constrói, marcado pela atuação determinante das indústrias cimenteiras, da omissão por parte do Estado, e da incessante busca por melhorias de condições pelos grupos

excluídos. A implantação das fábricas de cimento, mais especificamente da Tocantins S/A, na região da Fercal, marca a mudança de um ambiente rural para um ambiente urbano. As Indústrias transformam o espaço para sujeitá-lo como suporte à produção do cimento. Em contrapartida, a atuação da indústria é favorecida pelo Estado juntamente com seus aspectos negativos (destaque para os impactos sócio-ambientais), sendo legitimados pelo mesmo aparelho estatal. Já a população, grupo de menor poder econômico e político nesse contexto, tiveram dificuldades em obter retorno nas suas demandas, por parte do poder público. Através de reivindicações, os habitantes conseguiram suprir suas necessidades mais básicas, ou seja, foram forçados a se manifestar ativamente para conquistar necessidades que deveriam ser garantidas.

Podemos observar a dualidade de pressões exercidas sobre o Estado; por parte da Indústria e por parte da população da Fercal. Suas ações servem o modo de produção capitalista, marcando uma fase de nível mundial, aonde ocorre o "desfalecimtno da política feita pelo Estado e a imposição de uma política comandada pelas empresas" (SANTOS, Por uma Outra Globalização, 1998)

Referências Bibliográficas:

CASTELLS, M. (1978) Crise do Estado, Consumo Coletivo e Contradições Urbanas. in POULANTZAS, N. (org.) *O Estado em Crise*. Rio de Janeiro: Graal.

CAMARGO, LAMPARELLI E GEORGE, Nota introdutória sobre a construção de um objeto de estudo: "O Urbano", Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicada, 2007.

CARVALHO, Maria Beatriz, Impactos e Conflitos na produção de cimento do Distrito Federal, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano, Série Princípios, 2004.

SANTOS, Milton. Por uma Outra Globalização, Ática, 1998.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, APA de Cafuringa, Brasília, 2006.

LEFEBVRE, H. (1972) *O Pensamento Marxista e a Cidade*. Lisboa: Ulisséia.